

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EM MICHEL FOUCAULT A PARTIR DA HISTÓRIA DA SEXUALIDADE

MICHEL FOUCAULT AND THE SUBJECT
CONSTITUTION FROM THE HISTORY OF SEXUALITY

Ketlin Kroetz *ketlin_smh@hotmail.com*

Doutoranda em Educação em Ciências e Matemática pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).

José Luis Schifino Ferraro *jose.luis@pucrs.br*

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).

RESUMO

Este ensaio objetiva discutir o modo como Michel Foucault abordou a constituição do sujeito a partir de a *História da Sexualidade em seus volumes (I) A vontade de saber, (II) O uso dos prazeres e (III) O cuidado de si*. O trabalho utiliza aportes teóricos de autores que trabalham “com” o filósofo francês em torno dos processos de subjetivação. Sem querer fechar conclusões e/ou propor uma leitura unívoca sobre o tema, o texto que segue conduz o debate em torno da invenção do sujeito e dos distintos modos de constituir-se/devir-a-ser sujeito da experiência no interior dos estudos foucaultianos e seu entrecruzamento com a Educação.

Palavras-chave: Constituição do sujeito. História da sexualidade. Michel Foucault.

ABSTRACT

This essay aims to discuss how Michel Foucault approached the theme of the subject constitution from the *History of Sexuality* in its volumes (I) *An Introduction*, (II) *the use of pleasure* and (III) *The care of the self*. The work use a series of theoretical contributions from authors who works “with” the French philosopher around the subjectivation processes. Without any pretention of closing conclusions and/or propose a single reading about the theme, the following text lead us to the debate around the invention of the subject and the different ways to constitutes/becomes the subject of the experience in the field of the Foucauldian studies and its intersection with Education.

Keywords: Subject constitution. History of sexuality. Michel Foucault.

1 INTRODUÇÃO

Realizar um levantamento bibliográfico das produções que empregaram as teorizações foucaultianas, bem como da difusão do pensamento do filósofo na produção acadêmica, mais especificamente na área de Educação, foi o objetivo de Aquino (2013) em artigo intitulado A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. O material analisado pelo autor foi composto por livros e artigos de periódicos da área da educação onde, além de apontar para um avanço significativo no que diz respeito à utilização do pensamento de Foucault nos estudos sobre Educação, evidenciou que a *governamentalidade* é uma das ferramentas que mais aparece como interesse de estudiosos da educação (AQUINO, 2013).

Quando se trata de analisar os artigos, os termos mais referidos são, em ordem decrescente: "identidade/subjetividade/subjetivação; poder/relações de poder; governo/governamentalidade; disciplina/disciplinarização/controle; (análise de) discurso; dispositivo; sexualidade, tecnologias (do eu); biopoder/biopólitica; e genealogia." (AQUINO, 2013, p. 314). Tal como a *governamentalidade*, a subjetividade vem ganhando espaço no campo educacional e, em alguns estudos, estes dois tópicos não se mostram dissociados. Alguns exemplos de teses que utilizam a primeira como ferramenta/grade de análise e estudos que se ocupam dos processos de subjetivação no âmbito educacional têm se convertido em publicações recorrentes. Este ensaio propõe uma discussão na tentativa de compreender as formulações de Michel Foucault a respeito da constituição do sujeito, que servirão para um melhor entendimento dos processos de subjetivação.

Sabemos desde Nietzsche, Wittgenstein, Heidegger e Foucault que o sujeito "em si mesmo" não existe. Ao rejeitarem a "transcendentalidade", a "essência, e o "caráter originário do sujeito", o que existe para esses autores, de fato, são determinadas formas de *ser sujeito*, *posições-sujeito* e subjetividades que são produzidas no interior de práticas, onde o sujeito só pode ser compreendido como um efeito dos jogos de verdade em determinados períodos históricos. O debate em torno do sujeito em Foucault é tão evidente que podemos ver em *O sujeito e o poder* que, mais do que o poder, é o sujeito que está no centro de sua análise. Em seus últimos anos de trabalho, seu objetivo "[...] foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos" (FOUCAULT, 1995, p. 231), ainda que fosse o poder, durante boa parte dos seus estudos, o fenômeno utilizado para empreender suas análises. O poder como meio para compreensão da emergência do sujeito, principalmente quando se trata do emprego de uma genealogia deste próprio ente.

Estudar as condições práticas e históricas que possibilitaram a produção do sujeito por meio das formas de subjetivação significa compreender a constituição do sujeito como objeto para si mesmo, bem

como o desenvolvimento de procedimentos pelos quais o sujeito é levado a se analisar, se conduzir, se descobrir como domínio de saber possível. Essa é a *história da subjetividade*, se a compreendermos, segundo Foucault, como *o modo no qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade no qual está em relação consigo mesmo*.

Existem dois significados para a palavra sujeito: “[...] sujeito a alguém pelo controle e dependência” (FOUCAULT, 1995, p. 235), modos de objetivação; “[...] preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235), processos de subjetivação. A partir dessa definição, o objeto de estudo do filósofo foi sendo direcionado para a compreensão dos modos de objetivação e subjetivação que constituem diferentes tipos de sujeitos modernos. Foucault trabalhou com três modos de objetivação que transformam o indivíduo em sujeito, a saber: *a emergência do sujeito por meio das práticas sociais* (História da Loucura e Vigiar e Punir); *a emergência do sujeito em projeções teóricas* (As palavras e as coisas); *a emergência do sujeito nas práticas de si* (História da sexualidade) (GROS, 2010).

No Ocidente moderno, por exemplo, o sujeito era pensado como produto objetivo dos sistemas de saber e de poder, e a questão das técnicas de si, desses procedimentos “[...] propostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 1997, p. 109), era mascarada pelas técnicas de dominação (poder) e pelas técnicas discursivas (saber). Na Antiguidade greco-romana, aparece uma nova figura de sujeito, não mais constituído, mas constituindo-se por meio de técnicas de existência, práticas e cuidado de si (GROS, 2010). Muito mais do que por discursos verdadeiros sobre ele e por processos de dominação que o objetivam, o sujeito vai passar a ser constituído, também, pelas práticas de si e sua relação com a experiência. Acompanhemos tal deslocamento.

Em História da sexualidade: A vontade de saber (1999), a sexualidade no Ocidente moderno é analisada enquanto um objeto produzido historicamente por meio de discursos e imbricada em relações de poder que constituíram certo saber sobre o sexo. Nesse período, mais especificamente na década de 1970, os estudos foucaultianos centram-se nos procedimentos e técnicas de sujeição pelas máquinas de poder (GROS, 2006). Foucault (1999) mostra como o dispositivo da sexualidade funciona por meio de práticas discursivas e não-discursivas, onde a intensificação dos prazeres, o estímulo dos discursos e o reforço do controle se articulam conforme determinadas estratégias de poder e de saber: o sexo vai ser inserido em uma dimensão do discurso e, portanto, passa a ser regulado por certa discursividade e suas práticas de controle específicas, que emergem do interior de suas relações de poder-saber. Nesse período, a subjetivação era compreendida como produzida pela ordem do discurso e da dominação, onde a intenção do filósofo era compreender o motivo pelo qual a problematização em torno do sexo

se intensificou, assim como sua relação com diferentes saberes (médico, sociológico, entre outros). A sexualidade interessa, nessa direção, por ser um caminho utilizado pelo indivíduo para experimentar sua subjetivação como ser de desejo, falar sobre nossos sucessos e insucessos e dizer a verdade sobre nós e sobre nossos prazeres: a sexualidade passa a ser vista como um lugar oculto que é necessário decifrar (FOUCAULT, 1999).

Passados oito anos após a publicação de *A vontade de saber*, em *O uso dos prazeres*, Foucault (1984) desloca suas análises da modernidade do Ocidente para a cultura grega clássica do século IV a.C. para compreender de que modo a noção de sexualidade foi constituída no ocidente moderno e de que modo fomos levados a nos reconhecer como sujeitos de desejo. Nessa década, “[...] os exercícios pelos quais eu me constituo como sujeito, a história das técnicas de subjetivação, história do olhar a partir do qual eu me constituo para mim mesmo como sujeito” (GROS, 2006, p. 128) foram levadas em consideração.

Ao reorganizar seus estudos com o intuito de verificar por qual motivo sexo e moral estão sempre interligados e como o homem problematiza sua vida e a si mesmo, o objetivo de Foucault (1984) foi analisar, nas sociedades ocidentais modernas, de que maneira se constituiu uma experiência que fez com que os indivíduos fossem levados a se reconhecerem como sujeitos de uma sexualidade. O que Foucault (1984) encontra é um modo de existência pautado nos princípios estéticos e um conjunto de regras, códigos, normas e conselhos que o indivíduo deveria recorrer para conduzir suas práticas cotidianas, as práticas de si. A sexualidade como experiência vai incluir tanto uma preocupação moral e um cuidado ético, quanto as técnicas e práticas realizadas do sujeito sobre ele mesmo, fazendo com que ele passe a se constituir com o objetivo de fazer da sua vida um objeto de arte, uma arte da existência (FOUCAULT, 1984). Diferente de uma lei universal, uma regra à qual todos deveriam submeter-se, a arte da existência é um “[...] princípio de estilização da conduta para aqueles que querem dar à sua existência a forma mais bela e melhor realizada possível.” (FOUCAULT, 1984, p. 218). Para obter sucesso nessa “caminhada ética”, a relação consigo vai envolver um conjunto de regras às quais o indivíduo deve se voltar para encontrar a verdade – exercícios de reflexão, autoexame, transformação de si (FISCHER, 1999).

Fundamentado em uma perspectiva foucaultiana, Jorge Larrosa (1994)¹ mostra como o indivíduo se produz no interior de determinados aparatos de subjetivação ao analisar como diferentes práticas pedagógicas operam na relação do sujeito consigo mesmo. Deste modo, aponta que a educação pode

¹ Larrosa (1994) identifica cinco dimensões que constituem os dispositivos pedagógicos que produzem e medeiam a experiência de si, a saber, dimensão: ótica, discursiva, jurídica, discursivo-jurídica e prática. Termos como autonomia, autoconhecimento e autocontrole, por exemplo, implicam sempre uma relação do sujeito consigo mesmo: impor-se, regular-se, controlar-se e conhecer-se, por exemplo (LARROSA, 1994).

ser concebida como uma prática disciplinar de normalização e de controle e “[...] como um conjunto de dispositivos orientados à produção dos sujeitos mediante certas tecnologias de classificação e divisão tanto entre indivíduos quanto no interior dos indivíduos.” (LARROSA, 1994, p. 52). Tal produção utiliza procedimentos de objetivação, como o exame, por exemplo, por meio do qual o sujeito é concebido como resultado da articulação entre discursos que o nomeiam e práticas institucionalizadas que o capturam. Essas práticas, que operam como dispositivos pedagógicos, são tomadas como mecanismos de produção da experiência de si, que produzem, estabelecem e modificam a experiência do sujeito para com ele mesmo. Para analisar a experiência de si, sugere-se analisar “[...] não os comportamentos, nem as ideias, não as sociedades, nem suas ‘ideologias’, mas as problematizações por meio das quais o ser se dá como podendo e devendo ser pensado, e as práticas a partir das quais essas problematizações se formam.” (FOUCAULT, 1984, p. 15). Trata-se do resultado de um processo histórico de fabricação contingente e singular, no qual se articulam tanto as práticas que regulam o comportamento do sujeito, as formas de subjetividade nas quais ele se constitui e os discursos que definem a sua verdade.

O sujeito pedagógico é fabricado, portanto, na correlação entre discursos pedagógicos e práticas que o capturam, e na experiência de si que constitui sua subjetividade. Já os mecanismos de subjetivação pedagógicos são inseparáveis das tecnologias do eu, essas práticas que permitem que o indivíduo efetue, sobre seu corpo e sua alma, certo número de operações, condutas e formas de ser, transformando-se com o objetivo de alcançar certo estado de pureza e de felicidade. Jorge Ramos Do Ó (2007) aponta que quando Foucault fala em tecnologias do eu, se refere a uma série de procedimentos de poder que incentivam o sujeito a modificar seu corpo, seu pensamento, sua alma e sua conduta, ajustando-o e situando-o em um princípio moral vigente na sua época. Mesmo sendo constituído nessa articulação entre os “[...] atos que devem ser regulados e as regras sobre o que deve ser feito” (FOUCAULT, 1990, p. 73), existe sempre a possibilidade de o sujeito “escapar” das redes que o capturam e das formas que o aprisionam.

Consideramos importante destacar que a questão política em Foucault, embora não tenha desaparecido de suas análises, aparece cada vez mais relacionada a uma dimensão ética, especialmente nos volumes II e III da *História da Sexualidade*, onde o filósofo analisa as práticas direcionadas à arte da existência na Grécia clássica e na Roma Greco-Latina. A emergência do que se pode denominar história do cuidado de si mesmo, isto é, uma maneira de fazer a história da subjetividade por meio das transformações das relações consigo mesmo aparece com a publicação de *O cuidado de si*. No Império Romano, mais especificamente nos dois primeiros séculos da era cristã, Foucault (1985) passa a verificar de que modo foi produzida e vivida uma ética da austeridade, bem como as condições de possibilidade

que fizeram emergir determinadas práticas que operam sobre os modos de subjetivação: passa-se da leitura dos dispositivos de poder para uma leitura ética, no sentido das práticas de si, e os processos de subjetivação se deslocam para a relação que os sujeitos estabelecem consigo mesmos (GROS, 2010; DREYFUS; RABINOW, 1995).

A respeito da subjetividade ocidental, vai ocorrer um deslocamento inverso em termos cronológicos: inicia pela modernidade (dispositivo da sexualidade); remonta à pastoral cristã da carne (dispositivo da confissão); vai até a antiguidade (cuidado de si mesmo) (CASTRO, 2015). Tal percurso descreve “[...] as diferentes práticas pelas quais o sujeito se constitui a si mesmo como sujeito moral e o modo em que, para fazê-lo, se inscreve em determinado jogo de verdade.” (CASTRO, 2015, p. 140).

Nessa era do cuidado de si, ao recorrer às obras de Plutarco, Epíteto, Artemidoro, Sêneca e Xenofante, Foucault (1985) identificou o que denominou cultura de si, a saber, a intensificação e valorização das relações de si para consigo com o objetivo de que o indivíduo faça, de si, objeto de conhecimento e campo de ação: se transformar, se corrigir, ter cuidados consigo e promover a própria salvação, compreendendo que cuidar de si tratava-se de um exercício político e social. Contudo, nesse retorno à Antiguidade Clássica para compreender como os modos de subjetivação são constituídos, Foucault (1985; 2010a) encontra uma oposição entre o sujeito antigo e o sujeito moderno, uma relação oposta entre conhecimento de si e cuidado de si.

Essa noção de que se deve cuidar de si mesmo é antiga na cultura grega, e foi retomada pela filosofia ulterior como arte da existência, o que fez com que o imperativo segundo o qual se deve ocupar-se consigo adquirisse um alcance bastante geral (FOUCAULT, 1985). Foi em virtude da ampliação e da circulação dessa noção que os dois primeiros séculos da época imperial foram considerados uma espécie de idade de ouro da cultura de si. Também conhecido como *epimeléia heautoû*, o cuidado de si parte do princípio de que nunca é tarde para ocupar-se consigo, portanto, “[...] que não se perca tempo, e que não se poupem esforços a fim de ‘formar-se’, ‘transformar-se’, ‘voltar a si’” (FOUCAULT, 1985, p. 52); trata-se de um princípio válido durante toda a vida, não de uma atividade solitária e de um exercício vazio; é uma prática ao mesmo tempo pessoal e social, cujo objetivo é a intensificação das relações e a realização de diversos exercícios sobre o corpo e a mente (FOUCAULT, 1985). Sobre o trabalho que é preciso realizar sobre si mesmo, este também sofre modificações por meio dos exercícios de abstinência e toda uma série de domínios que constituem a ascese: “[...] a tarefa de se pôr à prova, de se examinar, de controlar-se numa série de exercícios bem definidos, coloca a questão da verdade – da verdade do que se é, do que se faz e do que se é capaz de fazer” (FOUCAULT, 1985, p. 72).

Nessa cultura de si, foram desenvolvidas reflexões sobre o modo como o indivíduo deve constituir-

se enquanto sujeito moral, moral essa que exige a sujeição à uma arte de viver que define os critérios estéticos e éticos da existência. Contudo, no início da Era Cristã, outras modalidades da relação consigo são estabelecidas: [...] uma caracterização da substância ética a partir da finitude, da queda e do mal; um modo de sujeição na forma de obediência a uma lei geral que é ao mesmo tempo vontade de um deus pessoal; um tipo de trabalho sobre si que implica decifração da alma e hermenêutica purificadora dos desejos; um modo de realização ética que tende à renúncia de si trata-se de outra maneira de constituir-se a si enquanto sujeito moral. (FOUCAULT, 1985, p. 235). Essa noção do cuidado de si mesmo, que consistiu em uma formulação filosófica que perdurou do século V a.C. até o século V d.C., percorrendo toda a cultura grega, helenística e romana estendendo-se até a espiritualidade cristã, a partir da qual o conhece-te a ti mesmo (*gnôthi seautón*) irá se justificar.

Em a *Hermenêutica do Sujeito*, Foucault (2010a) aponta que de Sócrates até o ascetismo cristão, a *epiméleia heautoû* sofreu alterações que levaram à compreensão do cuidado de si por meio de três aspectos: atitude; olhar para si; modo de estar no mundo e praticar ações sobre si. Por meio da articulação entre esses três aspectos que o sujeito vai se constituir e se transformar com um único objetivo: acessar a verdade. A noção do cuidado de si também é compreendida em sua relação intrínseca entre a filosofia – acesso à verdade – e espiritualidade – transformações realizadas pelo sujeito para ter acesso à verdade.

Mas por qual motivo a questão do conhece-te a ti mesmo (*gnôthi seautón*) foi privilegiada, visto que a noção do cuidado de si (*epiméleia heautoû*) foi deixada de lado? Para Gros (2010), a separação do conhecimento de si moderno do cuidado de si antigo vai se tornar fundamental para mostrar que enquanto na modernidade o sujeito do conhecimento deveria conhecer a si mesmo, na Antiguidade o imperativo se dava pelo cuidado de si, dado que é “[...] enquanto dever de cuidar de si mesmo que os elementos do conhecimento de si eram requeridos.” (GROS, 2008, p. 130).

Ao investigar sobre o privilégio que foi dado ao conhece-te a ti mesmo, é fácil perceber que enquanto na modernidade o cuidado de si se torna enfraquecido, na antiguidade o princípio do conhecimento de si estava associado ao cuidado de si. Foucault (2010) vai formular algumas hipóteses que levaram o princípio delfico do conhece-te a ti mesmo a se sobressair. A primeira hipótese diz respeito aos princípios morais do Ocidente, que fixaram um valor negativo aos exercícios e práticas que se referem ao cuidado de si. Tais práticas passaram a soar com certo egoísmo e individualismo pela justificativa de que ao voltar-se sobre si, o indivíduo não seria capaz de exercer uma moral coletiva.

O fato de voltar-se a si, exaltar-se a si e ocupar-se consigo eram práticas que no pensamento antigo tinham sempre um sentido positivo. Mas a principal razão pela qual o cuidado de si foi esquecido se deu pelo que Foucault (2010a) denominou de momento cartesiano, período marcado por um jogo

duplo: valoriza o conhecimento de si e desvaloriza o cuidado de si. Ao desqualificar o cuidado de si, o momento cartesiano qualificou e intensificou o conhece-te a ti mesmo, “[...] colocando a evidência da existência própria do sujeito no princípio do acesso ao ser [e fazendo] do ‘conhece-te a ti mesmo’ um acesso fundamental à verdade.” (FOUCAULT, 2010a, p. 15).

Para ter acesso à verdade, portanto, o sujeito deve passar pela espiritualidade, se compreendermos espiritualidade como “[...] o conjunto de buscas, práticas e experiências tais como as purificações, as asceses, as renúncias, as conversões do olhar, as modificações de existência” (FOUCAULT, 2010a, p. 15) exercidas para ter acesso à verdade. A espiritualidade, diferente da filosofia, sempre se relaciona com o sujeito, não com o conhecimento. Já a filosofia, vinculada ao conhecimento, é compreendida, no momento cartesiano, como “[...] a forma de pensamento que se interroga sobre o que permite ao sujeito ter acesso à verdade, forma de pensamento que tenta determinar as condições e os limites do acesso do sujeito à verdade.” (FOUCAULT, 2010a, p. 15). Existe, portanto, um afastamento tanto entre cuidado de si e conhecimento de si, quanto de filosofia e espiritualidade.

Durante toda a Antiguidade, a questão da espiritualidade (transformações necessárias para ter acesso à verdade) e da filosofia (como ter acesso à verdade) jamais estiveram separadas. No entanto, ao adentrarmos na Idade Moderna, quando foi admitido, no momento cartesiano, que a verdade só pode ser acessada via conhecimento, ocorre uma separação da filosofia e da espiritualidade. Nesse período, quando aquele que busca a verdade tem acesso a ela simplesmente por seus atos de conhecimento, sem que precise ser modificado, Foucault (2010a) aponta que entramos em outra era, onde são postas em ação as relações entre subjetividade e verdade: “[...] a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz da verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito” (FOUCAULT, 2010a, p. 19). Na contemporaneidade, as relações entre subjetividade e verdade se articulam, e ainda que não seja objetivo, aqui, fazer uma análise exaustiva dessa questão, pensamos ser crucial, ao fazer alusão aos processos de subjetivação, mencionar que são as manifestações de verdade que operam, também, na produção de sujeitos.

As relações entre subjetividade e verdade foram estudadas por Foucault (2010b) no curso *Do Governo dos Vivos*, em 1980, onde os estudos sobre o poder foram deslocados para o governo de si e dos outros pela verdade, isto é, do “[...] governo dos homens pela manifestação da verdade sob a forma da subjetividade.” (FOUCAULT, 2010b, p. 64). A partir dos anos 70, a descrição das práticas disciplinares por meio do discurso da dominação e da guerra fez com que o poder fosse criticado pela esquerda pelo seu caráter “repressor” (PASQUINO, 1993). A análise, de certo modo fechada das disciplinas, não era mais suficiente para a compreensão dos mecanismos de poder. Daí o termo governo, concebido como o

conjunto dos “[...] mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens.” (FOUCAULT, 2010b, p. 43). A partir desse período, as práticas de governo vão ser investigadas, sempre em um determinado momento histórico, tornando visível a articulação da verdade e da subjetividade para um bom governo dos vivos.

Ao centrar-se sob o eixo verdade-subjetividade, Foucault (2010b) teve como objetivo principal compreender por qual motivo, na cultura ocidental cristã, mais do que exigir obediência e submissão, o governo dos homens exigia, também, atos de verdade: “[...] não somente o sujeito é solicitado a dizer a verdade, mas de dizer a verdade a propósito dele mesmo, de suas faltas, de seus desejos, do estado de sua alma [...]” (FOUCAULT, 2010b, p. 4). Essa questão vai ser respondida por meio da noção de regimes de verdade. Se é possível falar em regime político, regime penal, por exemplo, também é aceitável falar em regimes de verdade “[...] para designar o conjunto de procedimentos e instituições pelos quais os indivíduos são engajados e constrangidos a manifestar, em certas condições e com certos efeitos, atos bem definidos de verdade.” (FOUCAULT, 2010b, p. 68). As questões passam a se centrar no modo como verdade e relações de poder se encontram interligadas, dado que são os sistemas de poder que produzem e sustentam determinadas verdades, e são os efeitos do poder que a reconduzem (FOUCAULT, 2010b). Se, em um primeiro momento, foi feito um mergulho para um cuidado de si e uma estética da existência, o filósofo também não se acanhou em ultrapassar as relações de poder-saber e reconhecer a relação governo-verdade em todos e em cada um.

Tais atos de verdade são tomados a partir da análise do conceito primitivo do cristianismo, a exomologese, um ato de manifestação da verdade e de adesão do sujeito a essa verdade. Por meio dessa prática o sujeito estabelece, por meio das verdades que lhe são impostas, um princípio de obrigação: regime de verdade, no entanto, definido, por uma relação de engajamento e de obrigação dos indivíduos com os atos de manifestação do verdadeiro (AVELINO, 2008). O sujeito não se encontra apenas amarrado às malhas de poder e dominação, mas também aos atos de manifestação de verdade. Mais do que atos de obediência e submissão, o governo dos vivos estabeleceu novos modos de subjetivação por meio “[...] da verdade manifestada nos procedimentos de verificação através dos quais subjetividade e verdade foram indexados.” (AVELINO, 2008, p. 10). Trata-se de um sujeito que desempenha papéis diferentes como operador de verdades que são relacionadas, sempre, com as relações de poder, e exigem “[...] que os indivíduos digam não somente ‘eu obedeço’, mas lhes exige ainda que digam: ‘eis aquilo que sou, eu que obedeço; eis o que sou, eis o que quero, eis o que faço.’” (FOUCAULT, 2010b, p. 66).

Ainda no que diz respeito aos processos de subjetivação, cito, também, os estudos de Nikolas Rose (2001), que sugere a realização de uma genealogia de subjetivação para descrever a história do regime

contemporâneo do eu. O intuito de Rose (2001, p. 34) não está em considerar as opiniões e juízo dos sujeitos, mas “[...] as práticas pelas quais as pessoas são compreendidas e pelas quais se age sobre elas – em relação à sua criminalidade, à sua saúde e à sua falta de saúde, às suas relações familiares, à sua produtividade, ao seu papel militar e assim por diante”. Não se trata de uma história das ideias: o domínio de investigação de uma genealogia da subjetivação é o das práticas e técnicas. Ademais, é válido ressaltar que uma genealogia da subjetivação não escreve uma história contínua do eu, mas se concentra na variedade de normas e técnicas que atuam sobre a conduta dos sujeitos, isto é, se concentra nas práticas que localizam os sujeitos em regimes particulares (ROSE, 2001).

Escrever uma genealogia da subjetivação implica, portanto, em selecionar “[...] as formas pelas quais o eu que funciona como um ideal regulatório em tantos aspectos de nossas formas contemporâneas de vida.” (ROSE, 2001, p. 35, grifos do autor). O que Rose (2001) denomina genealogia da subjetivação é, para Foucault, a relação do sujeito com ele mesmo, e os tipos de atenção que os sujeitos têm dirigido a eles mesmos em diferentes tempos e espaços. Essas relações podem ser tratadas na perspectiva de governo, salvo que nossa relação com nós mesmos é do jeito que é “[...] porque tem sido o objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados, os quais têm moldado nossas formas de compreender e viver nossa existência como seres humanos em nome de certos objetivos” (ROSE, 2001, p. 36), tais como masculinidade, honra, disciplina, autonomia, prazer, entre outros.

Outro estudo utilizado que serve como alicerce para a compreensão dos processos de subjetivação foi *Estética da Professoralidade: um estudo crítico sobre a formação do professor*, de Marcos Villela Pereira. Ainda que aqui o objetivo não seja focar nos aspectos relacionados à formação de professores, quando Pereira (2013) questiona Como se vem a ser professor?, mergulha no seu próprio processo de constituição como professor e apresenta contribuições relevantes sobre o modo como o professor, ao longo de sua trajetória, se produz e se constitui no que denomina estética da professoralidade, essa “[...] diferença que o sujeito experimenta na produção de si.” (PEREIRA, 2013, p. 13).

Ao utilizar como ponto de referência a sua própria trajetória, Pereira (2013) salienta que passou a andar sobre o fio da navalha, visto que procurou focar nos processos de produção e constituição de si na tentativa de escapar de relatos vistos como confessionais e narcisistas sobre os quais quase sempre recaímos ao realizar uma autobiografia. O estudo realizado pelo autor tem como objetivo discutir o modo como foram sendo produzidas diferenças em si mesmo no processo de tornar-se professor. Enquanto professor de filosofia, ator, e em toda sua vivência pelo caminho da arte, Pereira (2013) realiza uma articulação entre a autobiografia, fundamentando-se em Pineau, e pela cartografia, de Deleuze e Guattari. Não foi objetivo de seu estudo a definição de um papel profissional para o professor, tampouco a constituição da sua identidade: sua pesquisa baliza-se no viés da diferença.

Porque a diferença? Ao vir a ser professor, não é estabelecida uma identidade fixa e estável, mas uma diferença produzida no sujeito, e enquanto diferença, “[...] não pode ser um estado estável a que chegaria o sujeito.” (PEREIRA, 2013, p. 35). Enquanto diferença que o sujeito produz em si, vir a ser professor é vir a ser algo que não se vinha sendo, é diferir de si mesmo. O sujeito vai ser compreendido pelo autor em sua singularidade, como um indivíduo que se refaz e se desfaz continuamente, que está em constante formação, como “[...] uma emergência constituída em um campo de coletividade, em constante iminência de deixar de ser o que vem sendo para tornar-se diferente de si mesmo (sujeito)” (PEREIRA, 2013, p. 38). Fundamentada nos apontamentos realizados até então, compreendo o sujeito como um indivíduo inacabado, em constante transformação e nunca preso a uma identidade fixa e estável. A compreensão da subjetividade como o efeito das experiências de si faz com que possamos pensar no sujeito como um arranjo criativo de processos relacionais e sempre dinâmicos.

O sujeito é devir, um constante vir a ser: “Não é uma substância. É uma forma, e essa forma nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma.” (FOUCAULT, 2004a, p. 275). Em cada relação estabelecida o sujeito vai se posicionar de modo diferente: enquanto sujeito de uma sexualidade e enquanto sujeito político, por exemplo, ele irá manter uma relação diferente consigo. Existem, portanto, várias formas de sujeito que se dão por meio do que Foucault (2004a) denominou jogos de verdade. São essas distintas formas que vão interessar o filósofo e fazer com que ele crie uma história dos diferentes modos pelo qual o indivíduo se torna sujeito, apontando que cada indivíduo, ao se modificar, se torna alguém que ainda não sabe o que é. O processo de subjetivação não nos leva, portanto, a um questionamento sobre quem somos, mas para a problematização de como nos tornamos quem somos.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. G. A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, abr./jun., p.301-324.

Disponível em: Acesso em: 4 fev. 2018.

AVELINO, N. Do governo dos vivos: uma genealogia da obediência. In: Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. Associação Nacional de História, ANPUH/SP, 19. USP. set. **Anais eletrônicos...** 2008. Disponível em: Acesso em: 4 fev. 2018.

CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FISCHER, R. M. B. Foucault e o desejável conhecimento do sujeito. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, jan./jun., p. 39-59, 1999. Disponível em: Acesso em: 9 jan. 2016.

_____. A Ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: MOTTA, M. B. da (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. (Ditos e Escritos, v. 5). p. 264-287.

_____. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010

_____. **Do Governo dos Vivos**. Curso no Collège de France, 1979-1980. São Paulo/Rio de Janeiro: CCS/Achiamé, 2010b.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade 3**: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. O Sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p. 231-239.

_____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós, 1990.

GROS, F. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 127-138.

_____. Situação do curso. In: FOUCAULT, M. **A Hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 455-493.

_____. Subjetividade e verdade. In: FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. p. 107-116.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. **O sujeito da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994, p.35-86

PASQUINO, P. Political theory of war and peace: Foucault and the history of modern political theory. **Economy and Society**, Londres, v. 22, n. 1, fev., p. 77-88, 1993.

PEREIRA, M. V. **Estética da professoralidade**: Um estudo crítico sobre a formação do professor. Santa Maria: UFSM, 2013.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, jan./jul., p. 33-57, 2001.